



X Fórum Nacional NEPEG

de Formação de Professores de Geografia

percursos teórico-metodológicos e práticos da Geografia Escolar

ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, RONDÔNIA NA ÚLTIMA DÉCADA: PERSPECTIVA GEOHISTÓRICA

Rosângela Castilho Valenciano¹
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
rosangelacastilhovalenciano@hotmail.com

Ricardo Gilson da Costa Silva²
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
rgilson@unir.br

Resumo: A educação do campo difere de outras modalidades pelas adequações necessárias às peculiaridades da vida no campo e de cada região, podendo ser compreendido pelo fenômeno social que é constituído por aspectos culturais, políticos e econômicos. O texto em questão, tem por objetivo analisar as causas e consequências do processo de fechamento das escolas rurais do município de Ji-Paraná, estado de Rondônia no período de 2006 a 2019. Constitui uma pesquisa de característica qualitativa a partir de revisão bibliográfica, (SILVA; NEVES, 2018; CALDART, 2002; SANT'ANNA, 2015). Utilizou-se ainda a pesquisa documental (DECRETO, 2006; BRASIL, 2012), no caso dos registros webgráficos – notícias, manifestos e legislações publicados na internet, que tratam da relação do campesinato e a educação do campo no âmbito dos direitos, da luta dos movimentos sociais, valores, princípios e dos modos sociais vividas pelos sujeitos do campo na Amazônia. Atualmente, quem vive no campo está constantemente em um espaço de luta e resistência. A ideologia da educação urbanizada propõe uma escola que ensine só para o trabalho urbano, relegando à um segundo plano qualquer modelo que se contraponha a isto. O preconceito de classe nas escolas é uma realidade de séculos e que precisa ser superada no país. O estudo mostrou que as escolas foram fechadas devido à falta de alunos no campo ocorrida pelo êxodo rural dos camponeses que habitavam àquela região.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: <rosangelacastilhovalenciano@hotmail.com>.

² Professor Doutor, da Fundação Universidade Federal - UNIR, do Departamento de Geografia - DGEO/Laboratório de Gestão do Território - LAGET. E-mail: <rgilson@unir.br>.

Palavras-chave: Campesinato; Educação do campo; Políticas Educacionais.

Introdução

Partindo de um recorte geopolítico, de maneira especial a última década, constata-se que o processo de construção da rede educacional municipal tem sofrido diversas modificações estrutural e funcional, no que se refere a questão curricular e física. De acordo com IBGE de 2010, Ji-Paraná é considerado o segundo município mais populoso de Rondônia com 116 mil habitantes migrantes de todos os Estados brasileiros, assim como descendentes de antigos seringueiros, garimpeiros e índios. Está localizado no centro-leste do estado, com à latitude 10°53'07" sul e à longitude 61°57'06" oeste, estando à altitude de 170 metros, possuindo área de 6 897 quilômetros quadrados (BRASIL, 2010). A economia deste município está baseada nas indústrias de pequeno e médio porte, laticínios e a pecuária bovina.

Os anais da história têm dado conta de que todo povoado que se forma, tende a se preocupar em educar os seus, para isso, criam igrejas, de onde vem o ensino religioso, e tão logo, a formação de pequenas escolas que se ocupam da educação formal para as crianças. Com o passar dos anos, os vilarejos vão crescendo e se tornando cidades, e como isso o formato de ensino vai sendo moldado, subdividindo o ensino numa perspectiva espacial campo/cidade.

O êxodo rural, tem sido realidade nas últimas décadas, esvaziando as pequenas escolas construídas no campo. Por outro lado, novos grupos vão surgindo, como movimento sem tetos, sem terras, etc., e outras nomenclaturas as quais ocupam espaço em nossa literatura, sendo necessário novas reformulações também no sistema educacional, como é o caso do Campesinato, que assim como os demais movimentos também sofrem variações.

Certamente, o campesinato do município de Ji-Paraná vem sofrendo com a pressão do êxodo rural, perdendo a importância na agricultura, vendendo as pequenas propriedades para os grandes proprietários que transformam estas terras em pastos. O agronegócio entra em cena com força de expansão do capitalismo que “[...] tende a produzir migração e expropriação da população rural, com sérios impactos nas políticas sociais, como a educação pública do campo e suas escolas, por exemplo [...]”. (SILVA; NEVES, 2018, p. 636).

Nesta direção, o agricultor familiar, ou seja, o camponês acaba passando por alterações indenitárias no sentido de não conseguir ter seus direitos assegurados pelas políticas sociais, a

constantemente necessidade de lutar pelo território para viver, produzir sua agricultura e a repercussão do fechamento das escolas do campo.

Metodologia

A pesquisa em tela é qualitativa, uma vez que o interesse é analisar as causas e consequências do processo de fechamento das escolas rurais do município de Ji-Paraná, estado de Rondônia, “[...]os materiais registrados mecanicamente são revistos na sua totalidade pelo investigador, sendo o entendimento que este tem deles o instrumento-chave de análise[...]” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 48). Portanto, “Os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto. Entendem que as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência. [...]”. (idem, *ibid.*).

O estudo foi desenvolvido em duas etapas: iniciamos com a pesquisa bibliográfica que é “[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. [...]”. (GIL, 2002, p. 44). Podendo aproximar o pesquisador e a temática abordada, visto que: “Esse levantamento bibliográfico preliminar pode ser entendido como um estudo exploratório, posto que tem a finalidade de proporcionar a familiaridade do aluno com a área de estudo no qual está interessado[...]”. (GIL, 2002, p.61).

Na segunda etapa, da pesquisa, foram realizados trabalho de campo porque a observação participante requer a interação constante entre o pesquisador e o objeto pesquisado “[...] a observação precisa ser antes de tudo controlada e sistemática. Isso implica a existência de um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador [...]” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 3).

Utilizou-se ainda entrevistas semiestruturadas com os pesquisadores mestre e mestrando da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), com o objetivo de compreender como tem sido desenvolvido a educação no campo nas escolas do município de Ji-Paraná, estado de Rondônia. O porquê do fechamento de inúmeras escolas rurais deste município. Quais foram os problemas que levaram as famílias camponesas migrarem para a cidade.

Outra fonte de dados adotada foi a pesquisa documental, caso dos registros webgráficos – notícias, manifestos e legislações publicados na internet que “[...] indica

problemas que devem ser mais bem explorados através de outros métodos. Além disso, ela pode complementar as informações obtidas por outras técnicas de coleta”. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 39). Faz-se necessário ainda, compreender a respeito da determinação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional na educação básica para a população rural. “[...] O processo de análise dos dados é como um funil: as coisas estão abertas de início (ou no topo) e vão-se tornando mais fechadas e específicas no extremo. O investigador qualitativo planeia utilizar parte do estudo para perceber quais são as questões mais importantes [...]”. (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 50).

Resultados e discussão

O campesinato no município de Ji-Paraná surgiu em 1968 através da “ocupação dos vazios demográficos” pela colonizadora privada com o nome de Calama S.A que adquiriu grande área de terra na gleba Pyrineus. A reforma agrária em Rondônia ocorreu pela colonização e regulação fundiária (BIAZATTI, 2012).

Com a intensa migração dos Estados da região sul e sudeste para região norte o Governo Federal, o então presidente Juscelino Kubistchek, decidiu criar a BR 029, que posteriormente recebeu o nome de BR364. Essa rodovia possibilitou o acesso dos migrantes pelas condições de tráfego quase permanente. A migração ocorreu de forma mais acelerada entre as décadas de 1960 e 1980, no século passado, o que permitiu que as terras do atual Estado de Rondônia, fossem colonizadas mais rapidamente. De acordo com Oliveira (1997), durante as décadas de 60 a 80 a população rondoniense cresceu nove vezes, o Governo Federal distribuiu terras onde milhares de migrantes da região Sul do país vieram colonizar Rondônia. (OLIVEIRA, 1997).

Incipiente o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Rondônia partia do modelo de produção familiar, baseada numa agricultura de subsistência. De acordo com Silva (2012) o itinerário econômico do Estado de Rondônia até 1960 foi marcado pelo extrativismo vegetal com a exploração de madeira e borracha.

Para atrair os migrantes nesta época o governo federal anunciou através de propagandas que no norte do país possuía terras férteis (BIAZATTI, 2012). Ao chegar na terra prometida os migrantes se depararam com outra realidade. A falta de infraestrutura como estrada e acesso a saúde prejudicaram muito este povo que veio de longe para realizar o sonho

de adquirir a terra. Este povo foi assentado nos fundões, sem estrada, sem condições nenhuma para escoar seus produtos.

A concentração de terras nas mãos da minoria das famílias não só em Rondônia como a nível nacional, provocou o avanço do latifúndio e a exclusão do pequeno proprietário. Apesar das dificuldades e da falta de política pública o camponês que aqui no município está, tem resistido em suas terras com o apoio de sindicatos rurais e movimentos sociais.

Assim, as escolas do campo vivem um período acentuado de transformações sociais, com maior relevância no que se refere ao ensino das escolas do campo em todo o país, nas quais a identidade do campesinato está sendo consumida pelo capitalismo que vem dominando a sociedade em geral. Com a crescente evolução da tecnologia, da globalização, o pequeno agricultor foi reduzindo forças na luta pela terra, na produção de alimentos, assim como em sua cultura. No município de Ji-Paraná não está sendo diferente, uma vez que apenas 10% da população (IBGE, 2010) está residindo em território rural o que vem confirmar a expulsão dos campesinatos de suas terras.

Ji-Paraná já teve diversos prefeitos, em todos eles, as escolas do campo se mantinha em perfeito funcionamento, portanto, no mandato (2005 a 2008) do prefeito do município de Ji-Paraná o Sr. José de Abreu Bianco no uso de suas atribuições através do art. 39, inciso IV, da lei Orgânica Municipal pelo decreto nº10302/GAB/PMJP/2006 aprova o Programa de Polarização³ Administrativa – Pedagógico das Escolas Rurais da Rede de Ensino do referido município.

Das 57 escolas municipais, 44 eram escolas rurais que estavam em atividades até 2005 onde deixaram de ser regido por núcleos passando a ser polarizadas em 2006 e os dois mil cento e cinquenta e sete alunos foram deslocados para as escolas polo mais próximas de suas residências, necessitando do transporte escolar, hodiernamente o município oferta apenas 9 escolas polo no campo que estão distribuídas nas seguintes linhas: Escola Polo Antônio Prado - L 206 Projeto Ouro Preto, Escola Polo Edson Lopes – L 20 Itapirema, Escola Polo Nova Aliança – L 86 Projeto Riachuelo, Escola Polo Rio São Francisco - 6ª Linha da Gleba G, Escola Polo São Gabriel – L União Km 16, Escola Polo Ulisses Matosinho – 2ª Linha da

³ Polarizar administrativamente o ensino rural é uma alternativa para solução dos problemas de isolamento das escolas que integraram os “polos” sob uma coordenação administrativa e um acompanhamento pedagógico mais próximo, criando uma gestão na escola centralizada e garantindo melhor aproveitamento discente e docente.

Gleba G, Escola Polo Paulo Freire – L 153 Projeto Ouro Preto, Escola Polo Pérola – L 98 (acima do travessão N), Escola Polo Prof. Irineu A. Dresch – Linha 128 Proj. Riachuelo.

Portanto, em 2006 como podemos observar, o número de escolas rurais era maior do que as escolas urbanas neste município, porém, um dos problemas que levou o fechamento das escolas do campo neste município foi o baixo número de matrículas. Por outro lado, sem a educação a reforma agrária não acontece, não se completa, porque quem vive no campo está em um espaço de luta e resistência.

Nos apropriamos das considerações (SILVA; NEVES, 2018, p. 650) “a instalação de uma escola no campo significa o cumprimento da pactuação social na ótica do direito e a efetivação das obrigações do poder público no espaço onde as populações campesinas residem e constroem suas existências”. Infelizmente não deparamos com esta política no município de Ji-Paraná, pois a educação no campo não acontece totalmente voltada para a realidade do campo, mas uma educação urbanizada. Fato este em que os alunos têm dificuldade de compreender a importância de viver no campo.

O Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação 6 na Reforma Agrária – PRONERA, apresenta como princípios o respeito à diversidade, elaboração de projetos políticos/pedagógicos específicos priorizando a participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, determina que:

Art. 6º Os recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários destinados à educação do campo deverão atender às especificidades e apresentar conteúdos relacionados aos conhecimentos das populações do campo, considerando os saberes próprios das comunidades, em diálogo com os saberes acadêmicos e a construção de propostas de educação no campo contextualizadas. (BRASIL, 2012, p. 85)

O município de Ji-Paraná, nos dias atuais, conta com nove escolas localizada na zona rural e vem objetivando transformar a educação do campo de forma contextualizada, e uma das propostas acontece todo ano desde 2013, o Projeto Educampo que visa a metodologia da pedagogia da alternância, que intercala um período de convivência em sala de aula com outro no campo. De acordo com a fala da atual secretária municipal de educação a Sra. Edilaine Nogueira no 7º Seminário de Educação do Campo de Ji-Paraná, realizado pela Prefeitura do

Município por meio da Secretaria de Educação (SEMED) que “Precisamos valorizar o aluno da área rural no seu contexto natural, reforçando o sentimento de pertencimento ao campo”. Uma das preocupações da secretária é evitar o êxodo rural no município e garantir educação com a mesma qualidade da educação urbana para o aluno da área rural.

Para Sant’anna e Marques (2015, p. 730), “a educação urbana, tomada como referência, não considera a diversidade sociocultural das populações que vivem no campo, seus saberes e modos de produção de vida”. Sant’anna, embora talvez nem saiba da existência de Ji-Paraná, parece estar narrando nossa situação atual, quando se refere as populações que vivem no campo e na cidade, e suas respectivas culturas. Ao pensar na migração dos alunos das escolas do campo para as escolas na zona urbana, o poder público age de forma gradativa, tanto que em 2013 apenas quatro escolas participaram desse projeto e em 2019 foram sete das nove escolas rurais do município, a expectativa é que as duas escolas que ainda não aderiu a este projeto seja implantada no ano seguinte, tornando tal ação irrevogável. Mesmo sem ter cem por cento de aprovação da população do campo e nem mesmo de membros de sindicatos que atuam em âmbito educacional local, as escolas rurais foram fechadas e seus respectivos alunos permanecem vindo todos os dias para estudarem na cidade.

No intuito de melhor compreender o que se passa nessa seara, com relação a tal migração, esta pesquisadora entrevistou a professora mestra ⁴Miriam que disse: “os sindicatos se impõem criticamente sobre o fechamento das escolas Rurais, e os camponeses defendem as escolas do campo porque seus filhos ficam mais próximos de suas casas”. Entendemos que a falta das escolas do campo repercute não só na identidade cultural e sim pelo motivo de eles levantarem muito cedo para irem a uma escola urbana e muitas vezes passarem até 1 hora de viagem até a localidade da escola urbana, pois são crianças pequenas para fazer esse trajeto de ônibus. Para a entrevistada “um dos problemas recorrentes é a diminuição da população rural e das matrículas que vem junto com o fechamento dessas escolas pelas consequências da expansão das outras atividades econômicas”. Os pais dos alunos camponeses, de acordo com a Mirian, possui dificuldades em mantê-los na área rural quando a faixa etária é maior, pelo fato deles ficarem mais vulneráveis e preferem cada vez mais, estudar na cidade. Mirian acredita que “quando se fecha uma escola no campo não afeta apenas um contexto social, é muito amplo”.

⁴ Mestre em Geografia (UNIR) Mirian Pereira Suave, professora da Rede Estadual (SEDUC). E-mail: <miriansinai@hotmail.com>.

Entrevistamos o camponês ⁵Lucas que tem uma história de luta no assentamento Margarida Alves desde a sua fundação até nos dias atuais, que refletiu sobre essa problemática. Este assentamento está localizado na região central do estado de Rondônia, e pertence ao município de Nova União, aglutinado as adjacências dos municípios de Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná, Urupá, Mirante da Serra e Teixeirópolis. O referido assentamento foi criado oficialmente em 1997, assentando 258 famílias de camponesas e camponeses Sem Terra. Hoje, de acordo com o camponês entrevistado, o assentamento possui cerca de 800 moradores entre famílias originalmente assentadas, posseiros, meeiros e aqueles que dividem um pedaço da terra ou cede um lugar para moradia para os familiares.

O roteiro da conversação que permitiu a produção do relato foi realizado por meio de um questionário semiestruturado entregue ao entrevistado a ser respondido pelo mesmo com devida liberdade de expressar seu relato, com base em suas experiências de vida no assentamento.

Além de assentado, Lucas é militante do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em Rondônia, graduou-se em Gestão Ambiental pelo Instituto Federal de Rondônia (IFRO), atualmente é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), e tem desempenhado uma trajetória como intelectual orgânico do movimento Sem Terra, demonstrando as práticas ambientais e reforçando o sentido das práticas agroecológicas desenvolvida em assentamento de reforma agrária e a defesa do meio ambiente e dos modos de vida das camponesas e camponeses do MST, o que sem dúvida tem ampliado sua percepção sobre o universo que tem pesquisado no papel de intelectual orgânico do movimento, e que, portanto, merece, também, o título de camponês letrado. Lucas relata que “não concorda com o fechamento das escolas do campo por entender que se trata de uma ofensiva aos avanços conquistados por pressão popular ao longo dos anos”. Para o entrevistado a “Educação Popular tem função fundamental no despertar da consciência e do pensamento crítico baseado na prática social como matéria-prima fundamental para o processo de conhecimento das questões locais, regionais, nacionais e globais”. Compreendemos que isso não vai ao encontro do que propõe as escolas

⁵ Mestrando da Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) Lucas Ramos de Matos, camponês do Assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia. E-mail: <lucas_matos.com@hotmail.com>.

tradicionais, que tem por objetivo não explícito manter as hegemonias das classes dominantes, conservando a ordem atual da sociedade.

De acordo com o assentado, no assentamento Margarida Alves, foram fechadas todas as escolas de ensino fundamental, sendo reduzidas a uma escola que oferece ensino aos assentados. Apesar da existência da escola no assentamento, hoje, parte significativa de estudantes estão matriculados em escolas do município de Nova União em função do mal funcionamento e falta de atenção do poder público local.

O preconceito de classe nas escolas é uma realidade de séculos e que precisa ser superada no país. Lucas disse que “os Sem Terra têm sofrido preconceito de maneira silenciosa”. Os termos como “ladrões de terra”, “invasores” e “terroristas” mencionados pelo entrevistado demonstra apenas um dos desafios enfrentados pela população Sem Terra na construção de sua trajetória e no desenvolvimento de suas capacidades individuais e coletivas, e a perda das escolas do campo representa para estes, como relata o camponês Lucas, a perda de um instrumento estratégico de luta e resistência camponesa frente as hegemonias de uma educação vinculada, majoritariamente, aos interesses não populares, como assim ressalta o intelectual orgânico do MST, que através de sua vivencia e experiência prática, percebeu o atraso em relação a visão dominante de mundo, que tem impactado, de modo significativo, a trajetória de vida e luta do dia a dia dos camponeses do MST em busca de melhores condições de vida e o acesso à educação popular, assim chamado pelo camponês letrado, é um requisito fundamental para as conquistas individuais e coletivas, cujo o objetivo principal são as questões que envolvem o assentamento e a organicidade do movimento, como relata o entrevistado sobre o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), que é um instrumento importante no contexto de vida dos camponeses do MST.

O PRONERA é uma conquista popular baseada na premissa de que a educação é um direito de todos. Sendo assim, o programa possibilita o acesso de jovens e adultos de assentamentos a educação básica (alfabetização, ensino fundamental e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio, cursos superiores e de pós-graduação (especialização e mestrado). Assim comenta o entrevistado sobre a importância do PRONERA, sobretudo na formação técnica e superior de jovens para questões voltadas as demandas dos assentamentos do MST. Os cursos de veterinária e agronomia por exemplo são para o contexto de vida dos Sem Terra muito útil, já que a produção de alimento é uma dentre as várias bandeiras

defendidas pelo movimento ao questionar o agronegócio, a grilagem de terras e o latifúndio. O curso de educação do campo também tem importância no cotidiano dos Sem Terra, uma vez que capacita jovens do próprio assentamento para lecionar nas escolas do campo.

O fechamento das escolas do campo na visão do camponês Lucas, além da perda de um instrumento de luta e resistência, é uma ofensiva que tem partido do poder público, resultado de um processo de desprezo por parte externa ao contexto de vida dos camponeses.

O fato de o camponês analisar o fechamento das escolas como um fato que tem partido, além do descaso do poder público local, de uma manifestação ideológica ou até mesmo preconceituosa que estas escolas têm sofrido ao longo dos anos. Não é de hoje que o termo comunista tem sido usado para designá-los. Para o camponês, esta ofensiva vem da falta de conhecimento da maior parte da sociedade sobre esta classe de camponeses que tem assumido um protagonismo importantíssimo nas últimas décadas em busca de transformação na sociedade. Outra questão que se percebe é que a capacidade de se organizar politicamente para buscar as transformações nas estruturas da sociedade, faz com que as ações do MST estejam sempre em alvo. O que se percebe também que a luta e a resistência dos camponeses Sem Terra ultrapassa a vida dura, perigosa e desumana nos acampamentos, e a luta por direitos e pela educação popular como condição fundamental no sentido de emancipação humana, é uma bandeira defendida politicamente pelo MST e pelos camponeses assentados como um direito que ainda não é de todos.

Por compreender que o tema desse trabalho merece destaque e atenção da sociedade surgirão novos debates sobre o assunto que tratam da relação do campesinato e a educação do campo no âmbito dos direitos, da luta dos movimentos sociais, valores, princípios e dos modos sociais vividas pelos sujeitos do campo na Amazônia.

Referências

- BLAZATTI, S. C. **Migrações rurais**: um estudo do sentido das migrações no campo e suas implicações nas comunidades atendidas pela escola Irineu Antonio Dresh. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2012. 35 p.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em Educação**: fundamentos, métodos e técnicas. In: *Investigação qualitativa em educação*. Portugal: Porto Editora, 1994, p. 15-80.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos**/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012.

Diário da Amazônia. **Seminário de Educação do Campo discute estratégias**. Disponível em: <<https://www.diariodaamazonia.com.br/seminario-de-educacao-do-campo-discute-estrategias/>>. Acesso em: 22 de nov. 2019.

Gil, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em < https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em: 20 de jan. 2020.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

OLIVEIRA; Ovídio Amélio. **Desenvolvimento e Colonização do Estado de Rondônia**. História, Porto Velho, 1997.

SANT'ANNA, Paulo Afrânio; MARQUES, Luiz Otávio Costa. Pibid Diversidade e a formação de educadores do campo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 725-44, jul./set. 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/45795/34276>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. **Das margens do Madeira ao interior da floresta: percursos da formação sócioespacial de Rondônia (1970-1995)**. In: ALMEIDA SILVA, A; NASCIMENTO SILVA, M. G. S; SILVA, R. G. C. (Orgs.) Colonização, Território e Meio Ambiente em Rondônia: Reflexões geográficas. 1ed. Curitiba: Editora SK, 2012, v. 1, p. 58-82.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa; NEVES, Josélia Gomes. Território, Direitos Humanos e Educação do/no campo na Amazônia. **Revista de Educação Pública**. Cuiabá, v. 27, n. 65/2, p. 635-655, 2018.